

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JRUENA  
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO E SUA RELAÇÃO COM A  
REALIDADE DA ESCOLA DO CAMPO**

**Autor: Robson Nunes da Silva**

**Orientadora: Ms. Solange Raquel Weber**

**JUÍNA/2010**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA  
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO E SUA RELAÇÃO COM A  
REALIDADE DA ESCOLA DO CAMPO**

**Autor: Robson Nunes da Silva**

**Orientadora: Ms. Solange Raquel Weber**

*“Trabalho apresentado como exigência parcial  
para a obtenção do título de Licenciatura em  
Letras Português/Inglês e Respectivas Literatu-  
ras.”*

**JUÍNA/2010**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JRUENA  
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Esp. Regiane Cominetti Esser**

---

**Esp. Carli Renati Zanela**

---

**Ms. Solange Raquel Weber**

Orientador (a)

Dedico toda minha energia despendida na realização deste trabalho, ao meu pai Ivo Pedro da Silva, que sempre esteve presente, em todos os momentos de minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que me deu saúde e força para que pudesse encarar os obstáculos no decorrer deste trabalho.

À minha orientadora Professora Mestre Solange Raquel Weber, que aceitou o desafio de orientar-me na elaboração deste trabalho de pesquisa

A todos meus familiares, que foram o sustentáculo de meu trabalho de pesquisa.

Por fim agradeço, aos mestres e doutores que muito contribuíram para esta conquista, com dedicação e paciência, para a transmissão de seus conhecimentos.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediados pelo mundo.” (Paulo Freire, 2005)

## RESUMO

O Município de Juína iniciou sua colonização a partir de 1978, com a chegada de inúmeras famílias colonizadoras, na sua grande maioria agricultores/as que vieram das regiões sudeste e sul do país. Com a chegada dos migrantes houve a necessidade da instalação de diversas escolas para suprir a demanda, pois não havia nenhuma e a população clamava aos governantes essa necessidade. No programa da implantação da cidade estas já estavam planejadas e foram construídas, tanto na zona urbana, como na rural. Mais tarde, com a falta de políticas públicas voltadas para atender a população rural, a maior parte das famílias saíram de suas terras em busca de empregos na zona urbana e em consequência a maior parte das escolas rurais fecharam suas portas, pois não havia demanda. A Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa foi uma das conseguiram permanecer em atividade. Nos seus trinta e um anos de vida a escola sofreu muita discriminação, pois as políticas públicas educacionais não atendiam as escolas rurais, faltavam equipamentos, materiais didáticos, livros didáticos, acervo bibliográfico, transporte escolar e até a merenda, mas as famílias da comunidade escolar sempre colaboraram para manter suas portas abertas, para acolher seus filhos. Atualmente a escola vive uma nova realidade, funciona como escola pólo para atender os estudantes de dezessete comunidades rurais que se localizam até sessenta quilômetros de distância. Já está parcialmente instalada como Escola de Campo - desenvolvendo o Projeto: Pedagogia da Alternância, mas ainda enfrenta dificuldades, principalmente com o Livro Didático, que ainda não satisfaz o número de alunos matriculados e com o corpo docente, que a maioria não tem formação. Visando aprofundar esta discussão, desenvolveremos uma pesquisa de caso com discentes e docentes da Escola, com o objetivo de identificar toda problemática que envolve diretamente a realidade dos estudantes, dentre outras, o uso do livro didático e sua identificação com a realidade dos estudantes do campo.

**Palavras-chave:** Livro didático, Realidade, Professor, Aluno.

## ABSTRACT

The Municipal district of Juína began your colonization starting from 1978, with countless families settler's arrival, in your great majority farmers that came from the areas southeast and south of the country. With the migrants' arrival there was the need of the installation of several schools to supply the demand, because there was not any and the population clamored the rulers that need. In the program of the im-plantation of the city these were already drifted and they were built, so much in the urban zone, as in the rural. Later, with the lack of public politics gone back to assist the rural population, most of the families left your lands in search of employments in the urban zone and in consequence most of the rural schools closed your doors, be-cause there was not demand. The State School Antonio Francisco Lisboa was one of the they got to stay in activity. Us your thirty and a years of life the school suffered a lot of discrimination, because the educational public politics didn't assist the rural schools, they lacked equipments, didactic materials, text books, bibliographical col-lection, transport school and until the snack, but the school community's families al-ways collaborated to maintain your open doors, to welcome your children. Now the school lives a new reality, it works as school pole to assist the seventeen rural com-munities' students that are located up to sixty kilometers of distance. He/she/you is already partially installed as School of Field - developing the Project: Pedagogy of the Alternation, but it still faces difficulties, mainly with the text book, that doesn't still satisfy the number of enrolled students and with the faculty, that most doesn't have formation. Seeking to deepen this discussion, we will develop a case research with pupils and educational of the School, with the objective of identifying all problematic that involves the students' reality directly, among other, the use of the text book and your identification with the students' of the field reality.

**Keywords:** book didactic, reality, teacher, student.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Através dos textos que o livro didático demonstra, facilita o entendimento da realidade.....	31
Gráfico 2 - Como se deu a escolha do livro didático .....	32
Gráfico 3 - Professores e alunos, todos conseguem interpretar os exemplos trazido pelo livro didático.....	34
Gráfico 4 - Através dos textos que o livro didático demonstra, facilita o entendimento da realidade.....	35
Gráfico 5 - Como se deu a escolha do livro didático .....	36
Gráfico 6 - Professores e alunos, todos conseguem interpretar os exemplos trazido pelo livro didático.....	37

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJES: Faculdade do vale do Juruena

CNLD: Comissão Nacional do Livro Didático

COLTED: Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INL: Instituto Nacional do Livro

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional

LDP: livro didático de português

MEC: Ministério da Educação

PLIDEF: O Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental PNLN: Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM: Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio

SEB: Secretaria de Educação Básica

SESI: Serviço Social da Indústria

TCC: trabalho de conclusão de curso

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>1. Um breve histórico da Educação Brasileira – manipulação e opressão .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Um breve relato histórico do pedagogo Paulo Freire e sua importância para o desenvolvimento desse trabalho.....</b>	<b>21</b>
<b>2. Uma breve história do livro didático .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Ensinar é construir conhecimento .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Metodologia .....</b>	<b>27</b>
<b>2.3 Resultados e Discussões .....</b>	<b>30</b>
<b>3 Regimento de proposta política pedagógica da Escola Estadual Antonio Fransico Lisboa .....</b>	<b>39</b>
<b>3.1 Do regimento escolar.....</b>	<b>39</b>
<b>3.2 Da proposta política pedagógica .....</b>	<b>41</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>46</b>
<b>Referências bibliográfica.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

Ao estudar a trajetória da migração brasileira, somos remetidos à reflexão da herança deixada pelos portugueses, que para cá vieram para “desossar” a riqueza natural existente, e, conseqüentemente, subtrair dos nativos o que de mais valioso possuíam: suas culturas e sua liberdade.

A política de ocupação do novo continente descoberto, adotada pelos portugueses, tinha caráter exploratório de cunho monopolista em benefício da elite latifundiária, respaldada pelo sistema eclesiástico católico. O sistema de distribuição de terras adotado pela coroa impossibilitou a partir de então, qualquer menção para a implantação de justiça social nesta nação. Uma vez que o direito à propriedade da terra era doado pela coroa e repassado de pai para filho e como consequência hoje, 1% (um por cento) da população brasileira concentra 47% (quarenta e sete por cento) das terras do Brasil.<sup>1</sup>

Para ocupar o território recém descoberto era necessário torná-lo povoado e produtivo, isso se daria à custa da mão-de-obra considerada inferiorizada, primeiramente pelos indígenas e mais tarde pelos africanos.

Crises nas Capitâneas, invasões de estrangeiros, escassez de mão-de-obra nos engenhos de açúcar, necessidade de assegurar as terras demarcadas através do Tratado de Tordesilhas, foram situações que obrigaram a Metrópole lusa a incrementar uma política mais sustentada de ocupação da colônia brasileira, no século XVIII.

“Aculturar para manipular”, assim foi o procedimento adotado pelos jesuítas que em caravanas chegaram a “nova terra”, em 1549. A função principal dos jesuítas era catequizar os índios e impor uma nova cultura sobre os mesmos e conseqüentemente torná-los serviçais a favor dos portugueses, deixando-os impossibilitados de continuar a viver desfrutando de sua cultura e liberdade.

Este processo de manipulação lusa continuou na monarquia, no primeiro e segundo reinados, com a chegada dos africanos no Brasil, que vieram escravizados, sem direito algum, nem ao menos falar sua língua e lembrar suas raízes, tudo lhes

---

<sup>1</sup> ZAMBERLAM, Jurandir. 500 anos de concentração da terra. **Mundo jovem**. Ed. PUCRS, Porto Alegre, n.º 308, Jul. 2.000.

eram negado. A educação neste período só era ofertada para os homens de bem, os possuidores de terra.

Já no período da primeira república, a educação estava centrada no controle do governo. O Brasil só se desenvolveria com o controle da sociedade, como dita na própria bandeira nacional, “Ordem e Progresso”.

Na era Getuliana, se instituiu uma nova Carta Magna, 1937, dando diversos direitos aos brasileiros inclusive organizou o Sistema Nacional de Educação, sendo esta, laica e de direito, de todos os brasileiros.

No regime ditatorial, houve uma reforma no ensino, o qual ficou submetido à ordem, oprimido e manipulado pelo governo. Nesse período o corpo docente tinha uma postura autoritária e se julgava portador do saber, considerando o educando como um ser, sem conhecimento de mundo. Por esse aspecto a relação docente/discente era distante e realizada através da metodologia do reprodutivismo.

Esta realidade ainda permeia nos dias de hoje, pois os docentes ainda são mal preparados como profissionais para lidar com os educandos, falta ainda a parte da base sociológica, psicológica e um estágio sustentado pelo governo, isto é, financiado através de bolsas e possibilitar um melhor preparo profissional.

Para verificar a realidade presente da Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa, foi executado uma pesquisa sobre os livros didáticos utilizados pela mesma e sua metodologia aplicada pelos docentes.

Considerando um pouco da História da Educação Brasileira aqui apresentada e a partir da pesquisa desenvolvida, este trabalho servirá para fomentar mudanças nos Parâmetros Educacionais para o Campo.

## 1 UM BREVE RELATO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - MANIPULAÇÃO E OPRESSÃO

A educação brasileira sempre foi usada como um artifício de opressão e de manipulação dos poderosos sobre a população mais carente. Neste sentido o ensino foi direcionado a uma minoria da sociedade que detinha o poder econômico, utilizando o conhecimento para oprimir grandes massas menos favorecidas da sociedade brasileira. Este processo teve início na colonização brasileira.

O Brasil foi reocupado em 1500, mas só em 1549 com a chegada dos jesuítas é que começou efetivamente a desenvolver a educação no Brasil. De acordo com Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006), em sua obra *“História da Educação e da Pedagogia”*, a autora menciona que com a chegada do primeiro governador-geral, Tomé de Souza, em 1549, desembarcou também diversos jesuítas que tinham a missão de catequizar os índios e expandir a religião católica entre as comunidades existentes no Brasil.

No período colonial do Brasil, os lusos se preocuparam em serem os donos absolutos das terras brasileiras e para isso trouxeram os Jesuítas já doutrinados ao modelo de educação que seria desenvolvido na Colônia. De acordo com a obra *“Políticas públicas e gestão democrática da educação”* de Benno Sander (2005), a educação era delegada, aos missionários da Companhia de Jesus, transmissores da educação da Igreja Católica.

O modelo de pedagogia desenvolvida tinha por objetivo, segundo Aranha (2006), de catequizar os índios, educar os filhos dos colonos, formação de novos sacerdotes e a elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra.

A educação direcionada pelos missionários jesuítas visava catequizar os indígenas segundo as regras da igreja e transformá-los em pessoas manipuladas a serviço e interesse dos missionários e das políticas portuguesas.

De acordo com Sander (2005) somente uma minoria da elite política e do clero tinha acesso à escola e não havia vontade política por parte da Família Real Portuguesa, no sentido de ampliar as oportunidades educacionais para o povo.

Apenas as pessoas ricas ou com grande influência na comunidade poderiam ter acesso a educação. Na maioria das vezes, os filhos dos burgueses saíam do país para estudar, buscavam ensino de qualidade em países como Portugal, França e Itália. A elite brasileira e o clero que não tinham interesse de sair do país ficavam nas escolas que eram comandadas por religiosos.

Conforme Sander (2005) a educação era uma política pública confessional que utilizava os sacerdotes e religiosos para formar os alunos para a obediência, a submissão e o respeito a Deus e à autoridade constituída monarquicamente.

A falta de interesse por parte da Corte portuguesa, no ensejo de ampliar as oportunidades educacionais para o povo, é que considerava o Brasil apenas uma colônia, pois os portugueses não tinham nenhuma vontade de morar em terras tão distantes da metrópole (Portugal), o único interesse estava voltado para a forma exploratória de suas riquezas naturais. Segundo Paulo Freire (2005), em seu livro *“Pedagogia do Oprimido”*, diz que: “para os opressores só o que vale é ter mais e mais, mesmo que passe pelos interesses dos oprimidos” (p. 51).

Ainda neste período histórico a população continuava sendo manipulada por aqueles que possuíam o saber. A educação era utilizada pelos opressores como forma de controle da população. Conforme Paulo Freire (2005), quanto menos as pessoas fossem críticas, mais inocentemente debateriam os problemas e com isso observavam superficialmente os assuntos.

Em 1759, o Ministro de Estado em Portugal, Marquês de Pombal, expulsou a Companhia de Jesus de Portugal e em consequência das colônias. Dessa forma, os jesuítas que estavam no Brasil também foram expulsos. Neste instante a educação brasileira deixou de ser controlada pela igreja e o ensino se arrastou por vários anos, os professores continuaram usando o mesmo método de educação aplicada pelos jesuítas, por terem sido formados pelos missionários da Companhia de Jesus. Ghiraldelli Jr. (2008)

Esse processo de desenvolvimento intelectual levou muitos jovens daquela época a questionar o sistema político colonial estabelecido no Brasil/Colônia. Houve vários movimentos emancipatórios, entre eles, os de maior relevância: a “Conjuração Baiana” e a “Inconfidência Mineira”.

Já em 1808, deu-se o início no período imperial no Brasil, com a vinda da Corte portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. De acordo com Ghiraldelli Jr. (2008), foi neste momento que a forma de organização da educação começou a se alterar mais profundamente no Brasil.

Esta transformação do ensino brasileiro se dividiu em dois níveis: primário e secundário.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2008):

O primário era a “escola de ler e escrever”, que ganhou um incentivo da Corte e aumentou suas disciplinas consideravelmente. O secundário se manteve dentro do esquema das “aulas régias”, mas ganhou uma divisão em disciplinas. (GHIRALDELLI JUNIOR, 2008, p. 28)

Esta reestruturação feita na educação brasileira ganhou um grande salto do ponto de vista da organização, demonstrando avanços no ensino do conhecimento humanístico. A partir dessa organização o educando deveria iniciar seus estudos pelo Ensino Primário, passar pelo Ensino Secundário, para alcançar o Nível Superior. Porém, o interesse maior dessa reestruturação no ensino brasileiro estava voltado para a educação dos filhos da classe dominante.

A vinda da família Real para o Brasil trouxe muitas outras contribuições para o desenvolvimento da colônia, tanto comercial como no campo intelectual (Biblioteca Real; Academia Real de Belas Artes; Instalação da Imprensa Régia; Escola Médico Cirúrgica da Bahia; Escola Cirúrgica e Anatômica e Médica do Rio de Janeiro; Criação de um curso de ciências econômicas), entre outras.

A maioria da população não foi favorecida pelas transformações ocorridas, mais uma vez a classe dominante conseguiu utilizar a educação para manipular a classe marginalizada, desta forma não corria o perigo de sair do poder, e, nem de perder a credibilidade perante a sociedade. Apenas os filhos dos nobres ou dos que se beneficiavam da realeza é que desfrutavam da educação, portanto, não havia mais a necessidade de irem para a Europa estudar.

A Revolução Francesa também influenciou muito, os jovens. O mundo estava passando por um processo de transformação, da realeza para a burguesia e da

independência de algumas nações, contribuindo para a Proclamação da República do Brasil.

Na Primeira República, que teve o início em 1889, foi um período de grande controle e opressão dos governantes sobre a população, não só na área da educação, mas em todos os campos sociais.

Sander (2005) explica que a educação estava alicerçada em alguns pontos de vista que as elites achavam importante para manter o poder: ordem, disciplina, controle centralizado e uniformização de comportamentos.

Os pontos mencionados pelo autor tinham como objetivo controlar a sociedade, para que nada fugisse do domínio da elite. Com essa filosofia mantinham a sociedade no devido lugar, lugar esse, com poucos direitos.

Freire (2008) aborda o conceito de controle da população de acordo com a visão da elite. “Do ponto de vista da elite, a questão se apresenta de modo claro: trata-se de acomodar as classes populares emergentes, domesticá-las em algum esquema de poder, ao gosto da docilidade tradicional” (p.25). A elite utiliza a educação como um aparelho ideológico do Estado, a serviço das classes dominantes, mas, não tão eficiente quanto à religião.

Este período de controle está marcado em nossa história, através da bandeira nacional idealizada naquela ocasião. De acordo Sander (2005) os fundadores de nossa República se encarregaram de consagrar essas práticas sociais no próprio lema de bandeira do Brasil institucionalizada, “Ordem e Progresso”.

“Ordem e Progresso” descrevem como as elites pensavam naquele período. Na visão dos poderosos só acontece o desenvolvimento econômico e político se houver opressão sobre a sociedade, tanto física como psicológica, em todos os níveis, inclusive na educação.

Na República Nova, com Getúlio Vargas, o Congresso instituiu uma nova Carta Magna, 1937, dando diversos direitos aos brasileiros inclusive organizou o Sistema Nacional de Educação, sendo esta, laica e de direito, de todos os brasileiros.

A transição da República para o Período Militar só fez agravar o direito de liberdade. A população se tornou oprimida e sem direito de opinião.

De acordo com Ghaldelli Jr. (2008) o período militar,

[...] durou 21 anos. Iniciou-se em 31 de março de 1964 com o golpe que depôs o presidente João Goulart (Jango) e teve seu final com a eleição indireta (via colégio eleitoral) de Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985. (GHRALDELLI JR, 2008, p. 111)

O governo ditatorial causou um grande retrocesso para a sociedade brasileira e para o desenvolvimento da educação. A educação neste período se concretizou com uma metodologia rígida. O ensino estava centrado no Reprodutivismo, o docente é quem detinha todo o conhecimento, o discente não tinha oportunidade de integrar criticamente. Os Planos Curriculares foram modificados; os livros didáticos foram reformados de acordo com os interesses do grupo político; os educadores ficaram submetidos às regras do regime, não podendo filosofar a respeito, nem entre eles e nem com seus discentes.

A educação, mais uma vez serviu aos propósitos da elite como opressora e excludente, utilizando como meio de dominação, o saber científico. Neste período os educadores adotaram uma postura de serem apenas transmissores do conteúdo e não mediadores do conhecimento. Segundo Freire (2005), só os educadores detinham o conhecimento, os educandos não sabiam de nada e nem podiam saber.

Além desses retrocessos que a educação passou no governo ditatorial, Ghiraldelli Jr.(2008) demonstra outras dificuldades que a educação e a sociedade estavam enfrentando.

O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional. (GHIRALDELLI JR, 2008, p.112)

O autor demonstra que ao longo de duas décadas passaram diversos presidentes, porém, todos com o mesmo objetivo de utilizar a educação como forma de opressão e manipulação sobre os setores mais pobres.

Com todas essas formas de manipulação e opressão que a sociedade estava passando Freire (2005) aponta outros aspectos de opressão que o educador aplicava sobre o educando:

- a) O educador é o que educa; os educandos, os que são educados;
- b) O educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem;
- c) O educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
- d) O educador é o que diz a palavra; os educandos; os que a escutam docilmente;
- e) O educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados;
- f) O educador é o que apta e prescreve sua opção; os educandos, os que seguem a prescrição;
- g) O educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de quem atuam, na atuação do educador;
- h) O educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele;
- i) O educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opões antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele;
- j) O educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos. (FREIRE, 2005, p. 68)

Esses pontos demonstram como o educador tratava os educandos, como mero objeto. Este objeto iria sendo modelado para no futuro se tornar fácil de manipulação pela classe dominante, e, modelados como profissionais para o mercado de trabalho, tornando-os dóceis.

Freire (2005) salienta como o educador e educando eram avaliados.

O educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mas ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vai “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. (FREIRE, 2005, p.66).

Os educadores e os educandos eram avaliados não pela qualidade, mas pela quantidade. O educador só seria bom profissional, se ele fosse capaz de transmitir todo o conteúdo programado, para isso não levava em conta a qualidade do conteúdo e pouco menos se o educando estava aprendendo, o importante era cumprir com seu conteúdo programado (cumprir o que determinava o livro didático).

Assim, os educandos tinham o dever de aceitar todos os ensinamentos dos educadores passivamente. Estudante bom era aquele que não questionava o conteúdo e nem a ação do educador.

Nessa época, toda a imprensa, falada e escrita e a produção cultural eram controladas pelo governo militar. Este controle imposto também se refletia nos livros didáticos, estes eram feitos para esconder ou demonstrar outra realidade que a sociedade vivia.

O governo ditatorial controlava os livros didáticos, para diretamente controlar os educandos. Se o livro didático conseguisse manipular os estudantes, eles não se preocupariam com a realidade que o Brasil estava vivendo e não faziam nenhuma ação política. Segundo Aranha (2006) o livro tinha como objetivo a tentativa de controlar os estudantes nas ações políticas, para o governo “estudantes é para estudar, trabalhador para trabalhar” (p.314).

Esta tentativa de esconder a realidade do Brasil tinha o interesse de manipular a população brasileira, para que não houvesse nenhuma revolta, mas isso não aconteceu, muitas pessoas lutaram contra o governo ditatorial, algumas chegaram a ser mortas, outras fugiram do país, mas nunca desistiram. Esta luta durou aproximadamente 21 anos, de muito sofrimento para a população brasileira.

Freire (2005) aponta o motivo para todas essas formas de manipulação e opressão que a elite fazia sobre a sociedade.

Para as elites dominadoras, esta rebeldia, que é ameaça a elas, tem o seu remédio em mais dominação – na repressão feita em nome, inclusive, da liberdade e no estabelecimento da ordem e da paz social. Paz social que, no fundo, não é outra senão a paz privada dos dominadores. (FREIRE, 2005, p.76)

Para os dominadores a rebeldia seria vencida apenas com a própria repressão, ou seja, quanto mais revolta mais repressão a população iria sofrer. Para as elites a paz era o controle sobre a sociedade. Porém esta paz estava voltada apenas para a classe dominante.

Em 1985, o governo ditatorial sai de cena, mas alguns integrantes do Período da Ditadura continuaram no governo. De acordo com Aranha (2006) só foi possível a derrubada do governo ditatorial, por causa dos movimentos populares, com destaque para a Campanha das Diretas-Já, manteve-se a eleição indireta para a presidência da República.

Este foi um grande momento histórico para o Brasil, a população se uniu para a sua democratização. No ano de 1988 foi publicada a nova Constituição Brasilei-

ra. Na nova constituição a educação brasileira foi lembrada em duas ocasiões: no primeiro momento - capítulo, que estava reservada para os Direitos e Garantias Fundamentais do Cidadão e no segundo - capítulo: Da Família, da Criança e do Adolescente. O autor Ghiraldelli Jr. (2008) considera a educação como um dos direitos fundamentais:

(...) a educação apareceu como um direito social, junto da saúde, do trabalho, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância, a criança, o adolescente (artigo 6º). (GHIRALDELLI JUNIOR, 2008. p.169)

Neste primeiro período demonstra a importância da educação, ela se torna direito para toda a população brasileira. A educação neste momento torna-se dever do estado e da família.

O segundo instante que a constituição faz referência a educação, segundo Ghiraldelli Jr. (2008) é

No capítulo sobre a família, a criança e ao adolescente e o idoso, a educação foi incluída. A Constituição determinou ser dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação como uma prioridade em relação a outros direitos. Art. 205. (GHIRALDELLI JUNIOR, 2008, p. 169)

Já no capítulo sobre a família, a Constituição reafirma a importância da educação dentro da sociedade, desde criança, adolescente, adulto e idoso, porém esta afirmativa só fica no papel, na realidade é tudo diferente, as crianças e adolescentes muitas vezes não podiam estudar, por falta de estrutura da rede de ensino, além disso, muitas crianças e adolescentes precisam trabalhar para garantir o seu próprio sustento e de sua família.

Para tentar diminuir esta diferença entre a ficção dos artigos propostos na Nova Constituição e a realidade da população brasileira, foi elaborado em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB).

Esta lei tem como objetivo fazer garantir os artigos da Nova Constituição dentro da realidade da educação brasileira.

Entre os avanços que a LDB, Ghiraldelli Jr. (2008) demonstra, um aspecto positivo, foi à maneira não autoritária com que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determina o que deve ou não ser ensinado nas escolas. Ela colocou que

deve existir 75% (setenta e cinco por cento), para o núcleo comum em todo território nacional e 25% (vinte e cinco por cento) para a parte diversificada no ensino.

Este foi um ponto positivo, exigir um núcleo comum e uma parte diversificada, porém o governo só deixou no papel a parte diversificada da educação. O livro didático teria que se adaptar a cada região do Brasil, a cada característica peculiar (Educação do Campo), entretanto os livros demonstram apenas exemplos dos grandes centros urbanos. Esta política de utilizar somente exemplo das grandes cidades está reduzida em vários aspectos: ao custo de produção do livro didático; à falta de publicações diversas, em relação à realidade brasileira como um todo e às suas diversidades, no entanto, as mudanças na parte diversificada dos livros didáticos só ocorrerão a partir da mobilização entre os docentes .

Freire (2008) “afirma que todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associada com a tomada de consciência da situação real vivida pelo educando” (p.14).

O autor observa que as atividades devem estar voltadas para a realidade dos educandos, só assim eles poderão se tornar homens críticos e conscientes para não aceitar as diversas formas de opressão.

Freire (2005) salienta que a educação não pode considerar os homens seres vazios, mas, homens conscientes, já com algum conhecimento prévio e com isso a educação se torna um elo para levá-los ao encontro com o mundo, com o novo, porém sem esquecer da realidade que o cerca, e que possa enfrentar melhor as dificuldades que o mundo oferece.

### **1.1 Um breve relato histórico do pedagogo Paulo Freire e sua importância para o desenvolvimento desse trabalho.**

O pedagogo Paulo Reglus Neves Freire, conhecido como Paulo Freire, nasceu na capital do estado de Pernambuco, no dia 19 de Setembro de 1921. Em 1944, casou-se com a professora Elza Maria Oliveira.

Um ano antes, em 1943, Freire ingressou na Faculdade de Direito do Recife, chegando a exercer o trabalho de advocacia, porém, o seu desejo era se tornar professor.

Paulo Freire iniciou sua trajetória como docente no Colégio Oswaldo Cruz, com uma metodologia voltada para a educação de adultos, população esta marginalizada. A partir dessa ação, Freire foi convidado para ingressar na Divisão de Educação e Cultura de Serviço Social da Indústria (SESI), passando por várias Instituições, sempre convidado, desenvolvendo sua própria metodologia de ensino.

Além de educador, era também escritor. Sua primeira obra foi "*Educação como Prática da Liberdade*". Este livro, o apresentaria ao mundo com uma nova concepção de educação.

A obra mais conhecida do autor foi "*A Pedagogia do Oprimido*", traduzida em várias línguas e com dezenas de edições impressas. Nesta obra, Freire demonstra a realidade dos oprimidos, suas dificuldades, seus sofrimentos, mas, sobretudo, suas lutas, sem perder a esperança.

De acordo com a obra "*História da Educação*" de A. Reis Monteiro (2006), o pensamento "freiriano" destaca a realidade da população marginalizada, entre as décadas de cinquenta e sessenta.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire teve como matriz histórica e social a emergência política do povo brasileiro nos anos de 1950-60, uma época de "rachadura da sociedade", quando o Brasil vivia uma transformação profunda, a transição de uma "sociedade fechada" para a uma "sociedade aberta". (MONTEIRO, 2006, p.155)

Diante desse aspecto abordado por Monteiro (2006), a sociedade vivia um momento de transição, de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta. Os movimentos juvenis passam a contrariar as regras estabelecidas, impostas pela sociedade, pois se sentem marginalizados, o acesso à educação não garante o ingresso para todos.

Freire, observando as opressões impostas à população marginalizada, desenvolveu uma metodologia de ensino voltada para esta classe, pois não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa. Para ele a educação deve ser igualitária e universal, não voltada apenas para as classes mais poderosas. Monteiro (2006) diz,

“a educabilidade e a educação consistem na possibilidade e necessidade da comunicação e do diálogo” (p.157).

Nesta concepção, o pedagogo Freire desempenhou um papel importante para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), por me apresentar a realidade dos oprimidos, demonstrando a forma de opressão que ocorre entre as classes: dominantes e dominados. Além disso, ele contribui para explicar como a transmissão do conhecimento deve ser desenvolvida pelo docente, isto é, deve estar diretamente relacionada com a realidade do educando. As atividades educacionais devem estar em consonância com a realidade do mesmo, só assim o educando tem a capacidade de interagir com o livro didático.

Segundo Monteiro (2006), a pedagogia de Freire é voltada ao direito da educação por alguns princípios:

- A educação é problematizadora do poder e deve ser problematizada como o poder. É um poder de subjectivação ou coisificação.
- A educação é um direito universal do ser humano, sem discriminação nem exclusão. É direito de ser sujeito e ser diferente.
- Direito à educação é direito a uma educação para a libertação e a liberdade. É direito de aprender a autonomia para o exercício da cidadania.
- Direito à educação é direito de Ser Mais. É um fim em si próprio e um recurso essencial para a realização de todos os direitos humanos.
- A escola pública democrática é uma instituição insubstituível para a satisfação do direito de todos à educação é para o aprofundamento da democracia. (MONTEIRO, 2006, p.165)

Por esta visão de perceber as dificuldades da população marginalizada e com uma educação voltada para o futuro, Monteiro (2006) afirma. “No Panteão dos Imortais da História da Educação, Paulo Freire está na galeria de Sócrates, Platão, Comênio, Rousseau...” (p.166). Desse modo é imprescindível falar de educação sem mencionar o nome: “Paulo Freire”.

## 2 UMA BREVE HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO

O homem é capaz de inventar diversas ferramentas para melhorar seu dia-a-dia, entre essas invenções, o livro é um dos instrumentos que tiveram a maior repercussão, entre todos os inventos, pois, possibilitou ao homem alcançar horizontes de melhoria intelectual para si e para sociedade pela qual está inserido. O livro em seu início era transmitido de forma oral, através de relatos, ensinamentos, hinos e poemas.

De acordo com Anderson Elias Siebert (2006), em seu Trabalho de Conclusão de curso (TCC), é na *Alfabetização com o Auxílio do Livro Didático*, que se explica a vontade do homem em registrar sua visão sobre o mundo. Desse modo é que se dá o início do livro.

Desde os primeiros tempos, o homem procurou registrar suas impressões sobre o mundo, utilizando para isso pedra, materiais inorgânicos e orgânicos à base de tintas vegetais e minerais. Na antiguidade, o homem experimentou outros suportes encontrados na natureza, como forma de visualizar a escrita, como argila, ossos, conchas, marfim, folhas de palmeiras, bambu, metal, casca de árvores, madeira, couro, papiro, velino, pergaminho, seda e finalmente o papel. (SIEBERT, 2006, p. 12)

Compreendendo que o homem é um ser em constante mudança e que procura sempre aprimorar seus propósitos, ele aprendeu que necessita de apropriar-se de objetos para expor suas idéias, transportando-as aos outros, através da produção de livros. Segundo o registro do autor acima citado, a origem do livro se deu pela necessidade de encontrar a melhor forma de ver e registrar sua opinião, no que se refere ao conhecimento por si adquirido e pelo o acúmulo das experiências, no transcorrer da sua história.

Com o correr do tempo, houve a necessidade de aprimorar os registros da escrita, para possibilitar o acesso do conhecimento acumulado através dos tempos. A escrita nos remete a compreender a necessidade da ampliação da comunicação entre as pessoas e conseqüentemente, a busca da melhoria da sociedade como um todo, possibilita compreender o que cita a autora Lovani Volmer (2008) em sua obra *O Papel do Narrador no Processo da Compreensão Leitora, Um olhar sobre as narrativas de um livro didático de português (LDP)*:

O uso do livro como recurso didático no processo ensino-aprendizagem não é prática nova. Aliás, não seria equivocada afirmar que, desde a invenção da imprensa por Johann Gutenberg, no final do século XV, a educação passou a contar com a impressão de obras para fins didáticos. (VOLMER, 2008, p.47)

Com o surgimento da imprensa deu-se a invenção do livro e este sempre esteve ligado à educação, ao ato de ensinar.

No Brasil a definição de “livro didático” aconteceu a partir do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 – Art. 2: “Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe”. A partir desse momento é que o Brasil adota a definição de livro didático, como política educacional e começa a ser valorizado pelo governo.

Segundo Volmer (2008) “O mesmo decreto supracitado, com o objetivo de regulamentar uma política nacional do livro didático, criou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), marcando, assim, a primeira iniciativa governamental nessa área de política educacional” (p.48). Essa comissão era responsável em avaliar os livros didáticos, concedendo ou não autorização para o uso nas escolas, com isso o governo assegurava os propósitos de formação do espírito de nacionalidade imposto por ele.

Ao longo dos anos apareceram outras comissões, todas com mesmo sentido, Volmer (2008) cita essas comissões:

- Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED);
- Instituto Nacional do Livro (INL);
- O Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental (PLIDEF);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM);
- Secretaria de Educação Básica (SEB). (VOLMER, 2008, p, 48-51)

Todas essas comissões tinham sua própria característica, mas a intenção geral era a mesma, de avaliar o livro didático e distribuir para as Instituições Públicas de Ensino.

A responsabilidade atual da avaliação, escolha e distribuição do livro didático atualmente é da Secretaria de Educação Básica (SEB), órgão ligado junto ao Ministério da Educação (MEC).

O MEC hoje, também põe à disposição das escolas públicas a escolha do Livro didático pelos seus docentes, através de uma ampla biblioteca, inclusive via Internet, portanto, tem a possibilidade de chegar mais próximo de seu corpo discente dentro de suas características culturais, porém, os livros não atendem todas as especificidades de estudos para a Educação Básica, principalmente para a Educação do Campo.

## 2.1 Ensinar é construir conhecimento

O educador não pode apenas transmitir conhecimento, tem que interagir com o educando, tendo em vista que este já possui conhecimento advindo de seu convívio com a família e sociedade. O docente em sala deve estar preparado para absorver as indagações inerentes do próprio conhecimento que o estudante traz de suas raízes culturais para torná-lo cidadão crítico e investigativo. Para que isso ocorra o educador deve estar intimamente associado com o método de ensino freiriano, não podendo permanecer apenas no discurso, só assim poderá desenvolver um ensino de qualidade.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (2008) explica “que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (p. 47). Este tipo de metodologia aproxima o educando com sua realidade e torna o ensino mais atrativo e dinâmico. O educador se torna respeitado e conseqüentemente, haverá melhor aproveitamento pelo estudante nos estudos transmitidos.

Segundo Freire (2008),

[...] o meu discurso sobre a teoria deve ser o exemplo concreto, pratico, da teoria. Sua encarnação. Ao falar da construção do conhecimento, criticando a sua extensão, já devo estar envolvido nela, e nela, a construção, estar envolvendo os alunos. (FREIRE, 2008, p. 48)

Para o educador exercer uma pedagogia voltada para a indagação e a curiosidade do estudante, tem que estar convicto de que esta é a forma de ensino mais adequada para o exercício de seu trabalho. Segundo Freire (2008) o educador falso

é aquele que apenas discursa, mas não aplica inovações metodológicas no desenvolvimento das aulas, em sala. Pode se comparar com uma escola que estimula o clima democrático aos seus co-participantes, mas os caminhos utilizados são autoritários.

Para haver a transmissão do conhecimento humanístico com qualidade, o educador tem que insistir na mudança de suas metodologias e acreditar nos valores freirianos, para que o estudante possa crescer dentro da sua própria realidade como cidadão crítico, capaz de agir, refletir, e intervir no processo de construção do seu conhecimento em busca de novos horizontes, para o seu crescimento individual e de sua família. Segundo Freire (2008) “este é um dos caminhos para a prática da curiosidade” (p. 54).

## **2.2 Metodologia**

Para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso realizado, houve a necessidade do estudo de caso. Esta coleta de dados foi investigada através de questionários previamente elaborados e distribuídos para alunos do ensino médio, docentes, e direção da Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa, realizada no mês de setembro de 2010.

A Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa, utilizada para a realização dessa pesquisa esta localizada no município de Juina, na região Noroeste de Mato Grosso, a 737 km. de Cuiabá, via Brasnorte, Campo Novo dos Parecis e Tangará da Serra.

Fundada em 21/04/1987 como Escola Municipal Rural, e, em 1988 passou a ser mantida pelo Estado, encontra-se localizada na área rural, lote N<sup>o</sup>. 01/secção “D” - Juina, 2<sup>a</sup> Fase, na Comunidade São Lucas, Linha 05, a 05 km da sede do Município, sendo ocupada por uma área de 5.00 HA. (cinco Hectares), 50.000 m<sup>2</sup>.

A escola tem aproximadamente 250 alunos e atende o Ensino Básico: Fundamental e Médio.

O Ensino Fundamental está centrado em Ciclos de Formação Humana que atende em três níveis:

- a Infância – no Primeiro Ciclo – dos 6 aos 8 anos;
- a Pré-adolescência – no Segundo Ciclo – dos 9 aos 11 anos;
- a Adolescência e Juventude – no Terceiro Ciclo – dos 12 aos 14 anos

Atende também o Ensino Médio em três anos.

A Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa, atende dezessete comunidades rurais, conforme segue:

<b>COMUNIDADE</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>DISTÂNCIA</b>
São Lucas	Sede da escola	0 km
Menino Jesus	Linha 06	04 km
Santo Estevão	Linha 06	05 km
São Braz	Linha 06	08 km
Cristo Rei	Linha 06	07 km
Todos os Santos	Linha 06	06 km
São Felipe	Linha 06	04 km
Nome de Maria	Linha 06	13 km
Santo Izidoro	Parque Laranjeiras	03 km
Maria Madalena	Linha Flor da Serra	04 km
Santa Marta	Linha Flor da Serra	12 km
Cristo Redentor	Linha 04	25 km
São Timóteo	Linha 05	11 km
São João Marcos	Linha 05	20 km
São Mateus	Linha 05	35 km
Rio dos Encontros	Linha 05	60 km
N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> Salete	Linha 06	26 km

**Fonte:** Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa. **Projeto Político Pedagógico** .

Para obtenção dos dados foi realizada uma pesquisa de caso na Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa, onde foi aplicado um questionário com apenas 3 (três) questões objetivas sobre o Livro Didático, que são:

- 1) Através dos textos que o livro didático demonstra, facilita o entendimento da realidade? Sim / Não.
- 2) Como se deu a escolha do livro didático: Professor(a) / Direção / Alunos / Escola em Geral.

3) Professores e alunos, todos conseguem interpretar os exemplos trazidos pelo livro didático? Sim / Não.

Entregamos o questionário para dois grupos, o primeiro grupo foi constituído por 44 (quarenta e quatro) discentes do Ensino Médio e o segundo grupo foi formado por 6 (seis) participantes, sendo 5 (cinco) docentes e um diretor.

A direção da escola designou um representante para acompanhar o estudo *in loco*, em cada sala de aulas, onde foi efetuado o trabalho. Logo após a explanação ao docente presente na sala e discentes sobre o objetivo da pesquisa, que se tratava de uma coleta de informações para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), eles aceitaram em participar do estudo, respondendo e entregando os questionários preenchidos.

Já com o segundo grupo (docentes e direção), encaminhei os até os mesmos e após explanação do porquê da pesquisa, distribuí os questionários, pois os mesmos também concordaram em participar e responderam, devolvendo devidamente preenchidos.

A investigação teve como objetivo geral analisar “o uso do livro didático e a sua relação com a realidade dos estudantes da escola do campo”.

Objetivos específicos:

Para o grupo dos estudantes:

- observar se conseguem interpretar os exemplos trazidos no livro didático;
- investigar se os conteúdos do livro didático condizem com a sua realidade vivida;
- descobrir se conhecem quem são os responsáveis pela a escolha do livro didático.

Para o grupo dos docentes:

- observar o desempenho do ensino-aprendizagem na sala de aulas, com o uso do livro didático;
- analisar o desenvolvimento de técnicas apropriadas, para a realidade do aluno;

- visualizar o desempenho do professor diante das dificuldades apresentadas no livro didático;
- observar se as técnicas desenvolvidas nas atividades propostas do livro didático, se aproximam com a realidade dos estudantes;
- analisar o desempenho da sua função como mediador da transmissão do conhecimento e se esta, está adequada a realidade do aluno.

Em seguida passamos a fazer a tabulação da coleta de dados, elaboramos os gráficos pertinentes e analisamos os mesmos, com o intuito de apresentar os resultados alcançados para finalização do trabalho.

### 2.3 Resultados e Discussões

O primeiro grupo a ser analisado foi dos estudantes, formado por alunos com a idade entre 14 e 18 anos.

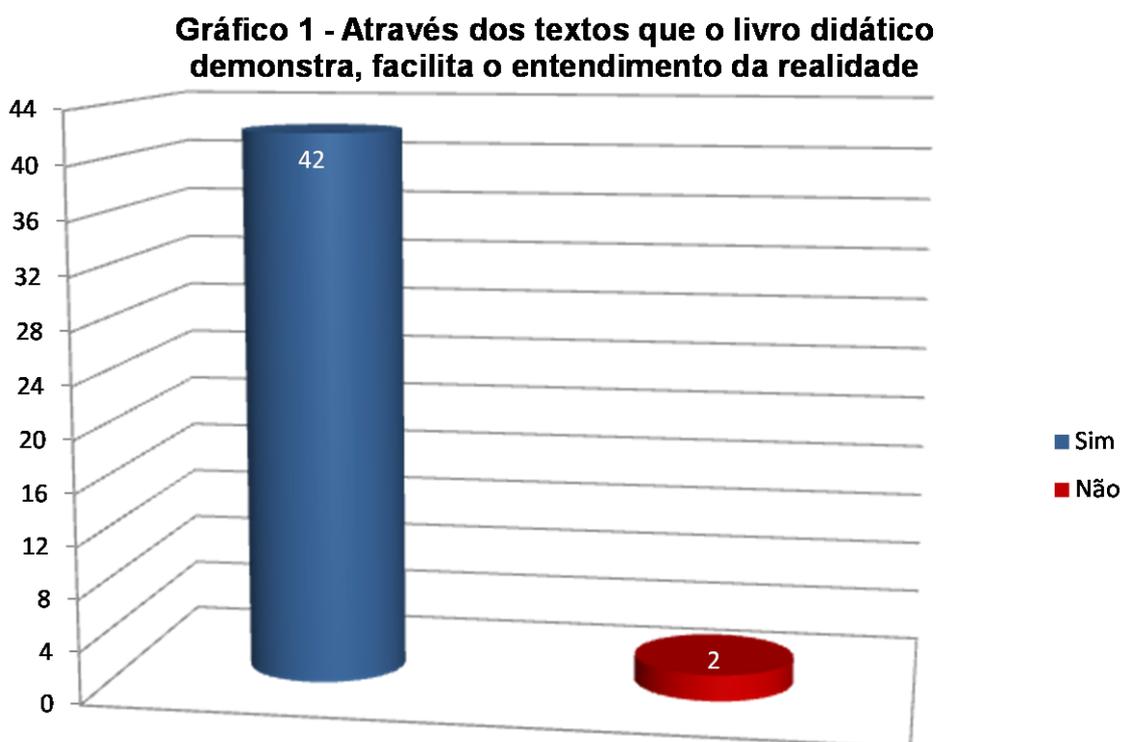
Começamos esta análise pelo ponto mais importante, se o texto que o livro didático traz facilita o entendimento da realidade do aluno. De acordo com a autora Maria Aparecida Sanches Martins, em sua monografia, *Formação Continuada: Por que os professores não lêem?* Afirma que:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí o fato de a posterior desta leitura não pode prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se predem dinamicamente. Desse modo, a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (MARTINS, 2008, p.12).

Conforme Martins (2008), a realidade tem que estar em primeiro plano e depois o livro didático, primeiro tem que se conhecer a realidade do aluno, só assim o educador será capaz de desenvolver as atividades relacionadas com a sua verdade e incluir os conteúdos demonstrados no Livro Didático, para ampliar seus conhecimentos e torná-lo um cidadão consciente.

No gráfico 01, percebemos a opinião dos alunos em relação a este aspecto.

Gráfico 01



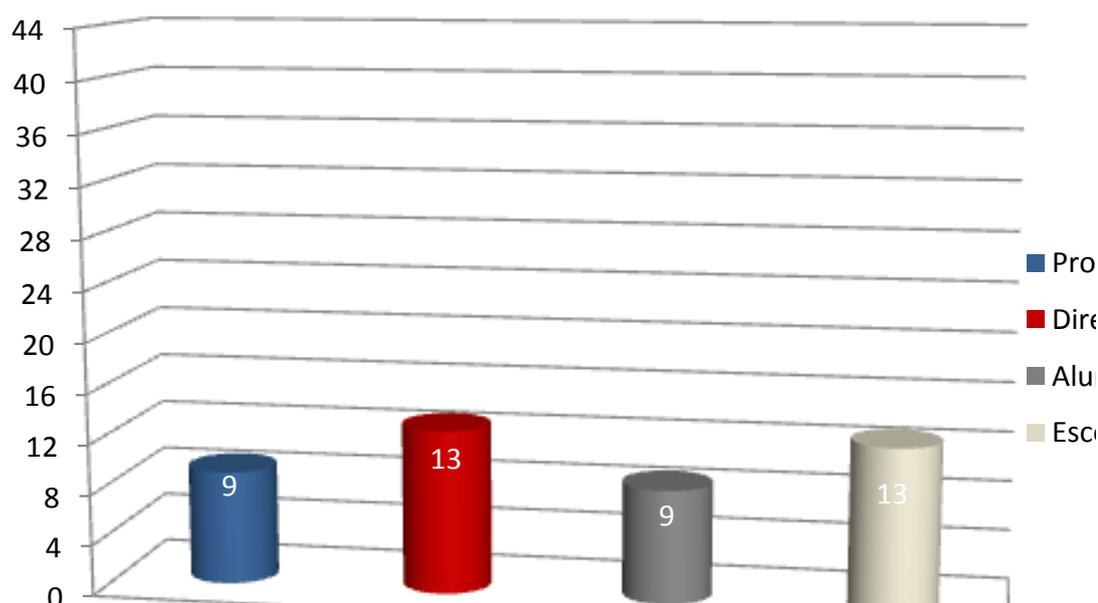
Como podemos verificar no gráfico 01, a grande quantidade de alunos que assinalaram a alternativa sim, foi de 42 (quarenta e dois) alunos, um resultado surpreendente, quase a totalidade. Apenas uma pequena parcela dos entrevistados responderam não, somente 2 (dois) alunos.

Esta parcela significativa de aprovação está relacionada com as técnicas de ensino, utilizada pelo docente. Este é o método mais simples de ensinar, que utiliza somente o livro didático como o único objeto de trabalho, tornando o aluno entrelaçado nesse mundo de cópias sem refletir a sua realidade. Desse modo o aluno não tem oportunidade de experimentar outras sensações de ensino-aprendizagem, se tornando apenas um objeto de armazenamento de dados, segundo Paulo Freire (2005).

O gráfico 02, apresenta a seguinte indagação para os discentes:

## Gráfico 02

**Gráfico 2 - Como se deu a escolha do livro didático**



Ao analisarmos o gráfico, percebemos que os alunos estavam divididos, sem conhecimento de fato, pois o resultado foi equilibrado, podemos notar que a maioria dos estudantes, não sabe de quem é a responsabilidade pela escolha do livro didático. Apenas 9 (nove) alunos responderam corretamente, pois quem escolhe são os professores.

Paulo Freire (2005) aponta,

Em sociedade cuja dinâmica estrutural conduz “a pedagogia das classes dominantes”. Os métodos da opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação do oprimido. Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a “educação como prática da liberdade” postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido. Não pedagogia para eles, mas dele. (FREIRE, 2005, p. 07)

Os livros didáticos escolhidos e utilizados na Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa, não diferem das demais escolas do Brasil urbano, pois ainda não dispõe de livros que possam orientar os estudantes nas práticas pedagógicas, voltado para sua realidade, uma vez que ainda não tem estudos específicos, nem publicações para atender a população rural, na Escola de Campo. O homem urbano ainda prevalece sobre o rural, pois faltam políticas públicas mais eficientes para garantir uma escola de qualidade no campo.

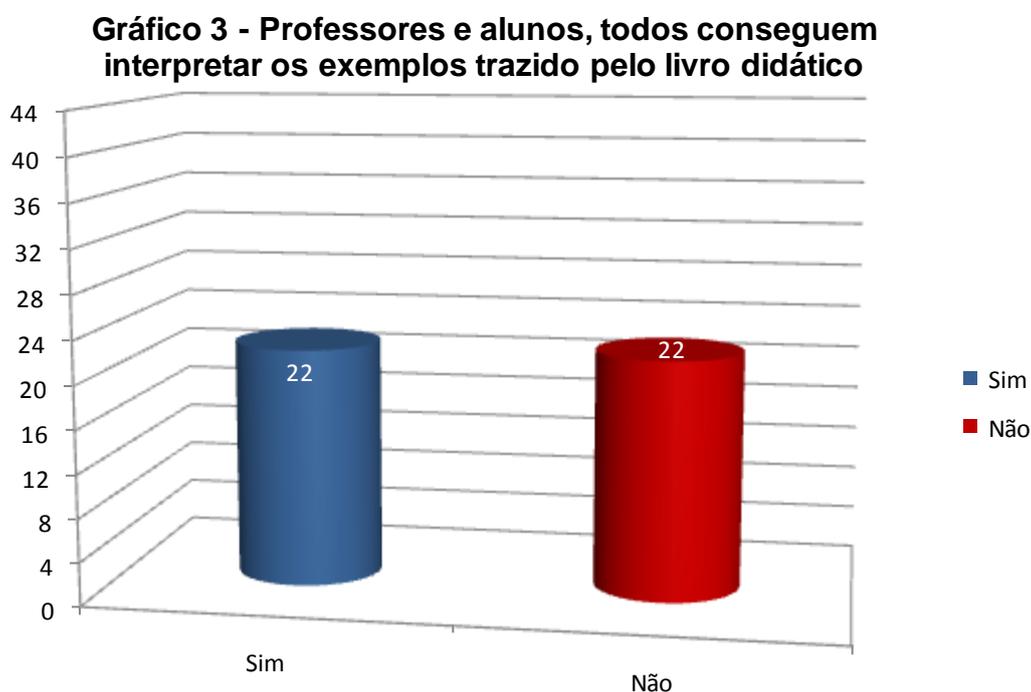
Dessa forma o ensino-aprendizagem fica comprometido, pois na sua integração, os conteúdos não contemplam as necessidades específicas do discente. Freire (2008), em sua obra *Educação como Prática da Liberdade* explica como deve ser aplicada o ensino com os alunos.

O aprendizado das técnicas de ler e escrever ou o das técnicas de manejar o arado ou usar fertilizantes (bem como o aprendizado das idéias de um programa de ação), — enfim todo aprendizado deve encontra-se intimamente associada à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando. (FREIRE, 2008, p.14)

A visão do autor demonstra que a realidade deve estar presente na formação do estudante, as atividades, os textos, os exemplos, as metodologias devem contemplar com conteúdos apropriados para sua realidade. Sendo o Livro Didático uma grande ferramenta de estudo, assim que os intelectuais se dedicarem às mudanças que devem ser introduzidas nele, para atender esta faixa da população brasileira, o ensino-aprendizagem ganhará dimensão em qualidade e oportunidade, pois os discentes utilizarão seus conhecimentos no meio em que vivem. O livro didático deve apresentar características conforme a realidade regional sem perder o foco dos conteúdos globalizados.

O gráfico 03, apresenta em consonância com o tema:

### Gráfico 03



O resultado revela certa criticidade, dos estudantes, pois percebem que além deles, os docentes também não conseguem interpretar os exemplos dos livros utilizados. E os outros cinquenta por cento do grupo disseram o contrário. Podemos detectar neste levantamento dois problemas: o primeiro é a realidade do livro didático presente, neutro, que não permeia a realidade vivida do estudante e o segundo é a metodologia aplicada pelo professor para ensinar, não abandona o livro.

Desse modo o ensino acaba se tornando apenas um ato de reprodução, onde o docente apenas direciona os trabalhos e os discentes por sua vez, transferem os conteúdos do livro para o seu caderno, não havendo neste sentido uma aprendizagem satisfatória dos conteúdos trabalhados. Segundo Freire (2005) não pode haver conhecimento, pois os alunos não são chamados a conhecer, mas a memorizar o conteúdo narrado pelo educador.

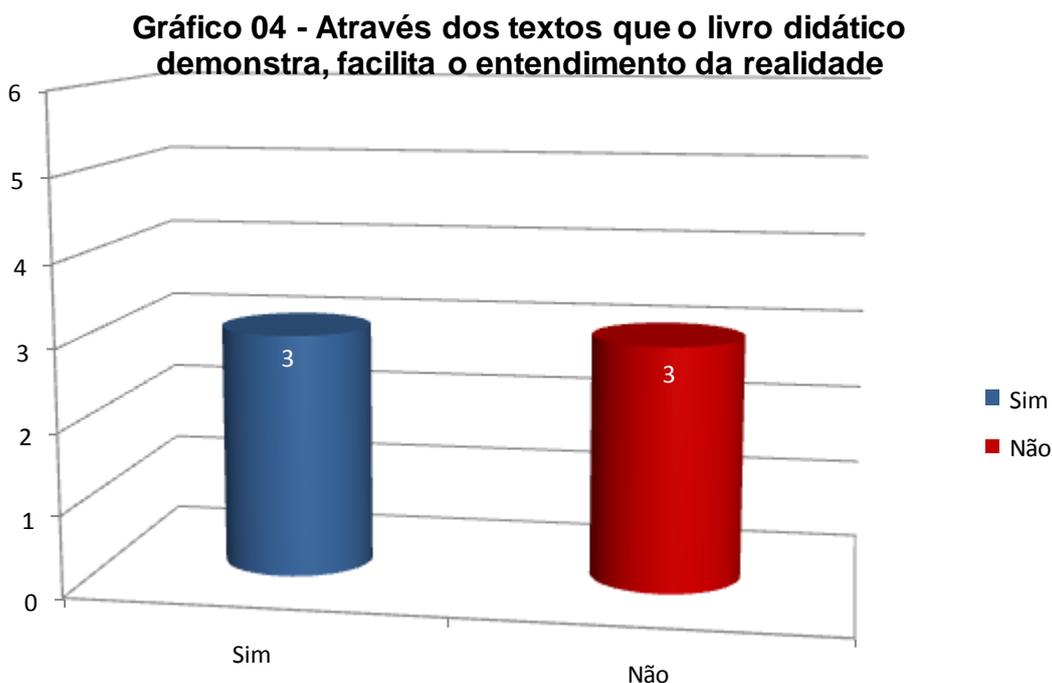
Para mudar esta realidade Freire (2005) ainda menciona o que deve ficar intocada é a realidade do aluno e não o livro didático. O professor pode transformar as atividades do livro didático de varias maneiras para atingir o foco da aprendizagem necessária para o estudante, mas nunca pode mexer com a origem, a realidade do aluno, pois ele volta sempre para as suas raízes, para a sua família.

O segundo grupo a ser analisado é formado pelos docentes e direção. Os questionários são iguais aos apresentados para os estudantes, porém, os objetivos diferem.

Para iniciar a análise perguntamos também ao segundo grupo, formado por docentes e pela direção da escola, se os textos que traz o livro didático são compreendidos e facilitam o entendimento da realidade; o trabalho exercido através das técnicas desenvolvidas nas atividades propostas e se há uma aproximação com a realidade dos estudantes.

O resultado dessa indagação esta no gráfico 04.

### Gráfico 04



Quanto ao primeiro questionamento, o resultado apresentado revela que, cinquenta por cento dos docentes demonstram que o Livro didático facilita o entendimento da realidade dos alunos, existe compreensão dos conteúdos desenvolvidos e facilita o trabalho didático, enquanto que os outros cinquenta por cento discordam.

Freire (2005) menciona, o educador apenas narra, sem se aprofundar no texto, apenas descreve os enunciados das atividades, com isso não acontece uma

interação do saber elaborado entre conteúdo, professor e aluno. O docente é o depositário de conteúdos sem grande significado e o aluno se transforma em objeto vazio.

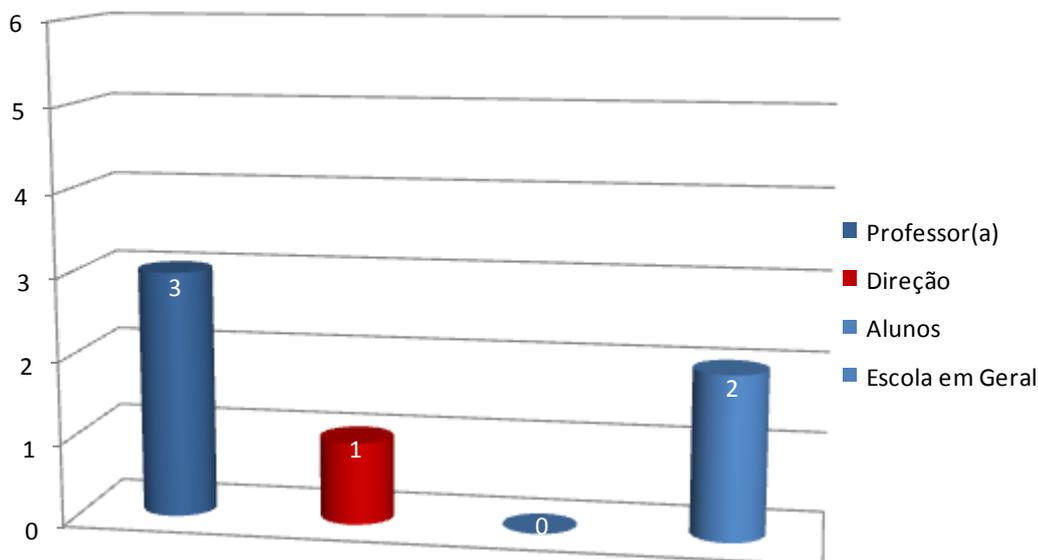
Quando perguntamos para o segundo grupo, se eles sabem quem são os responsáveis para a escolha do livro didático, a análise interpretativa demonstra que no desempenho da sua função como mediador da transmissão do conhecimento e se esta está adequada à realidade do aluno, o grupo está mais conciso sobre a importância dessa escolha, como Freire (2005) explica:

Qualquer tentativa de uma educação estimulante de pensar autêntico, que não se deixa emaranhar pelas visões parciais da realidade, buscando sempre os nexos que prendem um ponto a outro, ou um problema a outro. (FREIRE, 2005 p. 68)

O gráfico 05 demonstra:

### Gráfico 05

**Gráfico 5 - Como se deu a escolha do livro didático**

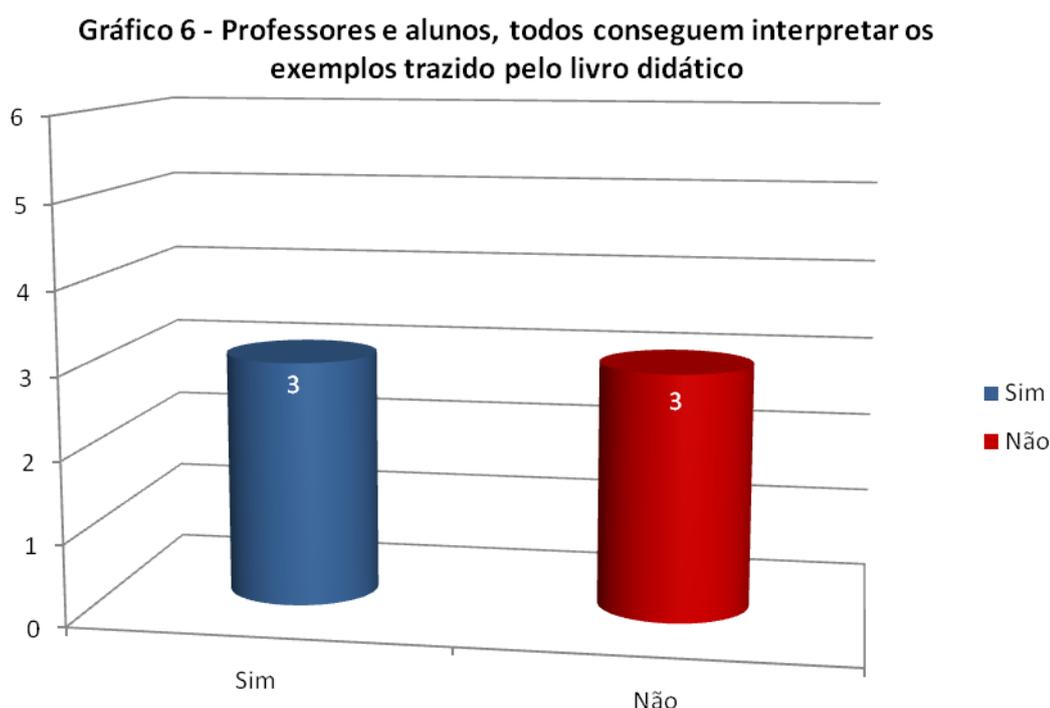


Em relação ao questionamento a maioria acertou a resposta, pois são os professores que devem escolher o livro didático (juntamente com a equipe gestora) que pretendem trabalhar, pois são eles que conhecem a sua comunidade escolar,

portanto estão conscientes das necessidades de estímulo que seus estudantes precisam para dar continuidade ao desenvolvimento da aprendizagem. Compreendendo que a oferta indicada pelo MEC muitas vezes fica a desejar, pois falta bibliografia específica para a Educação do Campo.

A última questão respondida pelos docentes a ser analisada é, se todos os professores conseguem interpretar os exemplos que traz no livro didático. Esta interpretação nos remete à análise do desempenho do ensino-aprendizagem na sala de aulas com o uso do livro, o desenvolvimento de técnicas apropriadas para a realidade do aluno e o desempenho do professor diante das dificuldades apresentadas no livro.

De acordo com o gráfico 06.



O resultado revela uma coerência entre os resultados apresentados pelos docentes e estudantes, pois foram os mesmos, ficando dividido em cinquenta por cento. Os docentes é quem afirmam, “também não conseguem interpretar os exemplos dos livros utilizados”.

Esta realidade é difícil de enfrentar, os professores que não estão entendendo os exemplos do livro, como se articulam para superar essas dificuldades perante seus estudantes? Quais as técnicas que utilizam? Como mudar esta realidade? Será

que a Formação Continuada dá conta dessa lacuna ao profissional? Será que os gestores têm consciência dessa realidade?

Todos esses questionamentos terão um dia de sair do campo do anonimato, para que a Educação mude em nosso país e que dê a oportunidade de um aprendizado verdadeiro para nosso Corpo Docente.

De acordo com Freire (2005),

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado no educando –, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 2005, p. 79)

Isso só poderá acontecer quando os governantes se conscientizarem que a melhor maneira de desenvolver a nação é investir no conhecimento do povo, isto é, zelar pela Educação Brasileira. Segundo Freire (2005) só assim o docente estará mais preparado para exercer sua função de educador com segurança, podendo preparar cidadãos conscientes para o exercício da cidadania - “ensinar é conscientizar” (p. 09).

### **3 REGIMENTO E PROPOSTA POLÍTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA ESTADUAL ANTONIO FRANCISCO LISBOA**

#### **3.1 Do Regimento Escolar**

A organização da escola está centrada no Projeto: Pedagogia da Alternância para adequar a realidade do estudante às suas condições de vida na Zona Rural, distante até sessenta quilômetros.

A Matriz Curricular é específica, incluindo a parte diversificada Educação para o Campo. Para o Ensino Fundamental: 1º Ciclo – Práticas agrícolas = Horta e Jardinagem; 2º Ciclo – Práticas agrícolas = Horta e Plantas Medicinais e 3º Ciclo – Práticas agrícolas = Fruticultura e Práticas de Zootecnia. Para o Ensino Médio: 1º, 2º e 3º Anos – Práticas agrícolas = Reflorestamento e Repovoamento de Áreas degradadas da floresta (Trilha Ecológica) e Práticas de Zootecnia.

A escola atende a Educação Básica em forma de externato.

- O atendimento é feito em três dias por semana (2ª, 4ª e 6ª feiras) com 8 (oito) horas/aulas/dia.
- O ano deve conter 110 dias letivos, no mínimo.
- A carga horária está distribuída em 880 horas/ano. A duração da hora/aula é de 60 minutos.

O Ensino Fundamental está dividido em 3 (três) Ciclos de Formação Humana de Aprendizagem e cada Ciclo dividido em 3 (três) Fases e deve constar para as Séries Iniciais:

1. Na Base Nacional Comum – Distribuída por Áreas de Conhecimento, 1º Ciclo (as três fases) na Dimensão Globalizada; 2º Ciclo (1ª e 2ª fases):

- Linguagens: Português, Arte, Educação Física
- Ciências Naturais e Matemática: Ciências, Matemática
- Ciências Humanas e Sociais: Geografia, História, Educação Religiosa.

A disciplina de Educação Religiosa - a matrícula é facultativa para o aluno, e obrigatória apenas para as escolas públicas do Sistema.

Na Parte Diversificada - deverão ser incluídos os componentes curriculares

complementares (Apoio à Aprendizagem) estabelecidos pelo Sistema Estadual de Ensino e outros que a escola considerar necessários.

Nas séries finais do Ensino Fundamental devem constar:

1. Na Base Nacional Comum: Distribuída por Áreas de Conhecimento, na Dimensão Globalizada – Interdisciplinar: 2º Ciclo (3ª fase) e 3º Ciclo (as três fases):

- Linguagens: Português, Arte, Educação Física, Língua Estrangeira
- Ciências Naturais e Matemática: Ciências, Matemática
- Ciências Humanas e Sociais: Geografia, História, Educação Religiosa.

A disciplina de Educação Religiosa - a matrícula é facultativa para o aluno, é obrigatória apenas para as escolas públicas do Sistema.

2. Na Parte Diversificada - deverão ser incluídos os componentes curriculares complementares (Apoio à Aprendizagem) estabelecidos pelo Sistema Estadual de Ensino e outros que a escola considerar necessários. Obrigatoriamente o ensino de pelo menos uma Língua Estrangeira, cuja escolha fica a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

3. Nas séries, fases, anos, ciclos, períodos finais do ensino fundamental, a escola poderá aumentar o número de aulas diárias e semanais, tendo em vista que a relação professor hora/aula independe da jornada de 08 (oito) horas de trabalho diário.

O Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, tem a duração mínima de três anos letivos e 2.400 horas. Sua Matriz Curricular deve contemplar:

1 - Na Base Nacional Comum:

I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Língua Portuguesa; Arte; Educação Física;

II - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias: Matemática, Física, Química, Biologia;

III - Ciências Humanas e suas Tecnologias: História, Geografia, Sociologia, Filosofia

2 - Na Parte Diversificada deverá constar de pelo menos uma Língua Estrangeira obrigatória, escolhida pela comunidade escolar e se optar por uma segunda esta deverá ser em caráter optativo, dentro das possibilidades da instituição. Po-

derá, ainda, a unidade escolar acrescentar nesta parte outros componentes que julgarmos necessário.

O Calendário escolar para atender as especificidades da comunidade escolar de Educação do Campo, está composto de 110 (cento e dez) dias letivos, atendendo 3 (três) dias por semana – 2ª, 4ª e 6ª feiras – 8 (oito) horas aulas/dia e 880 (oitocentos e oitenta) horas de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, independe do ano civil.

É de competência do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE - em conjunto com a direção da escola, encaminhar a toda comunidade escolar a "Carta Compromisso" que apresenta o Calendário Escolar.

O Ensino Fundamental Regular está organizado para atendimento da comunidade escolar, conforme legislação pertinente, a saber:

I – a idade prevista na matrícula: anos iniciais de 6 a 10 anos e anos finais de 11 a 14 anos.

a) atendidos os candidatos com 6 (seis) anos completos e havendo disponibilidade de vagas a escola receberá matrículas na 1ª fase do 1º ciclo de crianças que vierem a completar 6 (seis) anos de idade, dentro do ano escolar respectivo à matrícula.

O Ensino Médio Regular está organizado para atendimento da comunidade escolar, conforme legislação pertinente, a saber:

I – está organizado com duração de 3 (três) Anos.

II – o ingresso do aluno está vinculado à conclusão do Ensino Fundamental.

a) é ofertada a matrícula por disciplina de todos os componentes curriculares adotados na sua grade curricular, em todos os períodos letivos.

### **3.2 Da proposta política pedagógica**

A Proposta Política Pedagógica da Escola foi elaborada com a realidade da Comunidade Rural, pelos Profissionais da Educação, em consonância com os segmentos: Pais, Estudantes e Conselho Deliberativo e em parceria com a comunidade

externa. Uma proposta que propicia um encontro com as reais necessidades dos estudantes que residem na Zona Rural, ou seja:

- o preparo e a melhoria da qualidade da vida do Homem no Campo;
- a permanência na localidade de sua moradia;
- a preservação da sua cultura;
- a ampliação de seu conhecimento humanístico da sua cultura e da técnica;
- sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.

Ainda, no Ensino Fundamental, para garantir aos estudantes, o direito constitucional à continuidade e terminalidade dos estudos, a escola adota a sua organização curricular no regime por Ciclos de Formação Humana.

- fundamenta-se numa concepção pedagógica específica e distinta na consideração dos tempos e dos modos de aprendizagem;
- na utilização de recursos e métodos didáticos;
- na organização do trabalho e dos ambientes;
- nos processos de avaliação e de participação;
- na articulação com outras políticas públicas de suporte social;
- em produtos de elaboração coletiva e de decisão da nossa comunidade escolar;
- considera a pluralidade de saberes e de experiências cognitivas;
- reconhece a diversidade cultural como fator enriquecedor do processo educativo e de superação de toda forma de discriminação, de segregação e de exclusão escolar, que são referenciais teórico-operacionais intrínsecos aos Ciclos de Formação Humana.

Está fortalecida pelas Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso, conforme Artigos:

- 5º - “Na organização do calendário, dos espaços e tempos pedagógicos e estratégias metodológicas específicas de atendimento escolar no campo, ...”;

- 9º - “O financiamento da educação do campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal...;

- 10º - “No cumprimento do disposto da Lei do FUNDEB/2008, que determina, a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar nas escolas de campo, o poder público ...

A Filosofia da escola é “a busca de uma educação de qualidade, voltada para a realidade da comunidade na qual está inserida, ou seja, ESCOLA DE CAMPO, atendendo filhos e filhas de agricultores e agricultoras”

Tem como Missão “contribuir para a constante melhoria das condições educacionais de nossos estudantes rurais, visando assegurar uma educação de qualidade, num ambiente adequado, que oportunize ao estudante ser um/a cidadão/ã consciente e preparado/a para a sua permanência no âmago de suas raízes, isto é, na Zona Rural e, inseridos no século XXI”.

Seu Objetivo Estratégico é “Elevar o desempenho acadêmico dos estudantes, prepará-los para o mercado de trabalho e continuidade dos estudos”.

O foco do Trabalho Pedagógico para a efetivação da aprendizagem está de acordo com o Plano Curricular Nacional em toda sua abordagem, baseado numa proposta centrada na Pedagogia de Projetos, alguns já tradicionais na escola: \*Noite Cultural; \*Leitura Permanente/ Leitura na sala – 30 minutos por dia; \*Cidadania; \*Intervenção (sala do professor regente – 1º Ciclo – três Fases e 2º Ciclo – 1ª e 2ª Fases – com assessoramento do/a professor/a Articulador/a); \*Festa Junina; \*Conservação do Patrimônio Público; além de outros planejados pela SEDUC/MT e SMEC/JUINA: \*FECITA; \*FESTIN; \*Educação Nota 10; \*Escola Viva/Casa da Comunidade; \*Saúde na Escola; \*Trânsito; \*7 de Setembro; \*9 de Maio - Aniversário de Mato Grosso e Juina; Projetos de Preservação e Manutenção do Meio Ambiente: \*Olericultura; \*Jardinagem; \*Fruticultura; \*Plantas medicinais; \*Reflorestamento (em área despovoada) e Florestamento - (repopoamento da área degradada com plantas nativas); \*Trilha Ecológica (em elaboração - junto com o CDCE, Corpo Docente e comunidade externa.

ESCOLA – FAMILIA – O conhecimento, o relacionamento franco e a participação das famílias dos estudantes na vida da escola, são componentes fundamen-

tais da Proposta Pedagógica, principalmente por ter compromisso firmado com uma Educação Democrática e de Qualidade, voltada para a Cidadania.

Os docentes têm como Missão as atividades do ensino ou suporte pedagógico direto a tais atividades, tais como:

- Controlar e avaliar o rendimento escolar;
- Desenvolver a regência efetiva;
- Executar tarefa de recuperação de alunos e exame final;
- Participar de reunião de trabalho;
- Desenvolver pesquisa educacional;
- Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade.
- Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias convocada pela escola;
- Participar da elaboração do P.D.E. (Plano de Desenvolvimento Escolar Anual) e P.P. P (Projeto Político Pedagógico da Escola);
- Elaborar o plano de aula diário de acordo com o P.P.P.;
- Registrar diariamente a frequência dos alunos e resumo de conteúdos no diário de classe;
- Repor as aulas ou horas de trabalho, quando não houver cumprido o exigido pela admissão;
- Participar do Conselho de Classe, não podendo ser substituído por outra pessoa;
- Acatar instruções da Coordenação pedagógica e Direção, expondo motivos, quando dela não concordar;
- Prevenir em tempo hábil, as faltas que seja forçado/a;
- Ser responsável pela manutenção de todos os pertences da escola, dentro de área de atuação;
- Cooperar na ordem e disciplina, na escola;

- Acompanhar o aluno na entrada e saída da sala de aula, bem como na distribuição da merenda escolar;
- Manter os pais dos alunos informados do aproveitamento e assiduidade, bem como, visitar as famílias de seus alunos;
- Ser pontual;
- Comparecer ao trabalho decentemente trajado, limpo, evitando odores desagradáveis;
- Participar de reuniões e cursos quando convocados pela escola;
- Ter sempre em mente a solidariedade humana, indispensável à eficiência da construção do conhecimento;
- Não interromper terceiros em seu trabalho, sem justa causa.

As informações descritas neste capítulo foram pesquisadas no Regimento (2008) e Projeto Político Pedagógico (2008 – reformulado em 2010) da referida escola e em entrevista com a coordenação.

## CONCLUSÃO

Ao longo dos anos da Educação Brasileira a Escola de Campo sempre foi renegada pelo poder público. Seus habitantes não foram incluídos como cidadãos participativos “oprimidos”, pois o financiamento da Educação executado através dos governos “opressor” era direcionado substancialmente para o setor urbano.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, houve um fortalecimento no capítulo dedicado à Educação em relação ao financiamento dela, com taxas fixas determinadas às três esferas governamentais, melhorando substancialmente os recursos destinados as escolas rurais. Em 1996, com a instituição da Lei Nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei Complementar Nº. 49/1998, que dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso, quando se refere à Educação Rural, diz: “Será destinada especial atenção às escolas do meio rural ...”.

A partir do ano de 2008, com os estudos para mudança dos Planos Curriculares Nacionais deu-se uma atenção maior para o Sistema Nacional de Educação e pela primeira vez foi focada a Educação de Campo, com projeto de currículo específico para a Área, que se prevê a finalização em 2011, na discussão final do Plano Nacional de Educação.

Baseado no estudo de caso “o uso do livro didático e a sua relação com a realidade dos estudantes da escola de campo” e a análise executada após a verificação dos resultados, concluímos que:

O livro didático para a Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa é muito utilizado na prática pedagógica, pois 95,45% dos estudantes demonstram que para eles o Livro Didático facilita o entendimento da realidade, e apenas 4,55% afirmam o contrário. Já os docentes demonstram um equilíbrio, pois 50% afirmam que o Livro Didático facilita o entendimento da realidade dos alunos, existe compreensão dos conteúdos desenvolvidos e facilita o trabalho didático, enquanto que os outros 50% discordam.

Quanto à escolha dos livros (Títulos e Autores), os estudantes estavam divididos, sem conhecimento de fato sobre a forma democrática da escolha, instituída pelo MEC, pois o resultado foi equilibrado, 20,45% atribuíram aos Docentes; 29,55%

à Direção; 20,45% aos Estudantes e 29,55% à Escola em Geral. No estudo realizado com os educadores 50% afirmaram a eles próprios; 17% à Direção; 0% aos Estudantes e 33% à Escola em Geral. A maioria conhece a forma da escolha, pois responderam acertadamente, pois são eles que escolhem junto com a equipe gestora.

No último questionamento aplicado aos discentes, estes, revelaram certa criticidade, pois perceberam que além deles os mestres também não conseguem interpretar os exemplos que os livros didáticos trazem, pois o grupo ficou dividido, 50% confirmaram e os outros 50% negaram. O mesmo resultado foi verificado na argumentação junto aos docentes, mostrando coerência entre as partes, pois mesmo eles afirmam que também não conseguem interpretar os exemplos dos livros.

Os resultados gerais demonstram que a realidade é bem adversa para a Educação formal, pois os mesmos que escolhem os livros não conseguem trabalhar adequadamente com eles.

Concluimos que esta realidade é difícil de enfrentar. Os professores que não estão entendendo os exemplos do livro, como se articulam para superar essas dificuldades perante seus estudantes? Quais as técnicas que utilizam? Como mudar esta realidade? Será que a Formação Continuada dá conta suprimindo dessa lacuna ao profissional? Será que os gestores têm consciência dessa realidade? Todos esses questionamentos terão um dia de sair do campo do anonimato, para que a Educação mude em nosso país e que dê a oportunidade de um aprendizado verdadeiro para nossos educandos.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3º ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA. **Projeto Político Pedagógico – PPP**, 2008, reform. 2010. Juína-MT.

ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA. **Regimento Escolar**, 2008, Juína-MT.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 31º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KELIAN, Lilian L´abbate. O significado da autonomia para educação. **Jornal do CMI**, Florianópolis, Fevereiro de 2005. 3º caderno, p. 04.

MARTINS, Maria Aparecia Sanches. **Formação Continuada. Por que os professores não lêem?** Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

MONTEIRO, A. Reis. **História da educação: do antigo “direito de educação” ao novo “direito à educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

SIEBERT, Anderson Elias. **Alfabetização com o auxílio do livro didático**. Campo Novo do Parecis, MT, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro et all. **Repensando a didática**. 21º Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

VOLMER, Lovani. **O papel do narrador no processo da compreensão leitora : um olhar sobre as narrativas de um livro didático de português (LDP)**. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir. 500 anos de concentração da terra. **Mundo jovem**. Ed. PUCRS, Porto Alegre, n.º 308, Jul. 2.000.